

PODER LOCAL E ESPAÇO SIMBÓLICO: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO CORONELISMO¹

Marcia da Silva²

INTRODUCCIÓN

Este trabalho tem como objetivo a continuidade das reflexões no tratamento do tema poder, especificamente do poder local (econômico, político e simbólico) e de suas práticas hegemônicas. O estudo, tendo como referência esta abordagem, teve início com o desenvolvimento da pesquisa intitulada "O poder local em Presidente Prudente - SP, o comerciante e suas representações sociais", para a obtenção do título de Mestre em Geografia, no período de março de 1998 a agosto de 2000.

A finalidade, ademais, é analisar a presença de grupos hegemônicos de poder (econômico e político), que estabeleceram espaços e práticas sociais e permitiram/permitem a produção e a conquista de poder simbólico em cidades médias do Brasil.

Alguns estudos foram aqui considerados importantes para o entendimento da temática. Leal (1975) contextualiza sua análise aos anos anteriores a década de 1950, pela dependência dos chefes locais (os coronéis) às lideranças políticas estaduais (os oligarcas), em virtude do enfraquecimento da base econômica dos municípios e do decadente poder dos proprietários rurais; Faoro (1975), que demonstra a legitimação das práticas tradicionais de dominação na República Velha; Queiroz (1975) analisando o poder coronelista a partir das bases familiares e da dominação pessoal; Carone (1974) que afirma que os poderes coronelístico e oligárquico se fortalecem com a República; e outros específicos a determinadas realidades, como os de Abreu (1972 e 1996), particularmente quando este autor faz um resgate dos grupos e atores dominantes locais, como os coronéis, os governos "populistas" e as manifestações de classe, o de Melo (1995) que analisa as relações de poder no âmbito do coronelismo, destacando o poder ideológico manifesto através da imprensa, o de Guimarães (2000) que discute o papel do médico ou do poder médico como um ator das novas lideranças de poder locais, o de Gimenez (2000), que identifica grupos hegemônicos de poder ligados à pecuária e aos grandes latifundiários.

O espaço simbólico tem por fundamentação teórica as obras de Pierre Bourdieu: Economia das Trocas Simbólicas (1978), Razões Práticas: Sobre a Teoria e a Ação (1996) e Poder Simbólico (1998). Para Bourdieu o poder econômico é conquistado pela apropriação dos meios de produção, localizando-se nas estruturas, por isso objetivo, e o poder simbólico, valor a mais dado aos outros poderes, através da reputação, da honra, da inteligência, só se exercendo se reconhecido; é a consagração ou a revelação de coisas que já existiam e que a partir de então ganham destaque. O poder simbólico é, então, subjetivo³, resultado de lutas concretas, mas invisível, quase mágico, permitindo ter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica). Neste sentido, aproximamo-nos de um campo de possibilidades de investigação em que há a inter-relação estratégica entre espaço e poder simbólico formulada por diversos atores.

O recorte territorial, tendo por enfoque o espaço simbólico, abarca cidades as quais o poder econômico e o poder político, reforçados por este poder, estabeleceram/estabelecem forças que permitiram/permitem as bases tradicionais do poder se transfigurarem em novas lideranças (com base tradicional) na dinâmica política local. Acreditamos, enfim, que em lugar de totalidades homogêneas que possam embasar a análise de formulações políticas locais, a temática proposta pode ainda ser tratada nos mais diversos matizes, como os que aqui se demonstra.

Uma outra análise da questão do tradicionalismo político é a apresentada por Jacob (Folha de São Paulo, 16/12/1997). Segundo ele, em 1994, por exemplo, "o Brasil moderno votou em Lula, que era o candidato do 'atraso', enquanto o Brasil arcaico votou em Collor e Fernando Henrique, que representavam a tão falada modernidade". Os que votaram na modernidade, o Brasil arcaico, estão localizados e representam o eixo de reprodução hegemônico do poder por nós delimitado para a pesquisa.

A análise do material⁴ que demonstra a geografia do voto no Brasil, realizada por Jacob, em pesquisa da PUC/Rio de Janeiro, em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo de 16/12/1997, permite perceber que há

¹ Este trabalho é parte integrante de dissertação de mestrado, concluída em setembro de 2000 pelo Curso de Pós-Graduação da FCT/UNESP, Câmpus de Presidente Prudente - SP. Trabalho desenvolvido com apoio da FAPESP.

² Mestre em Geografia pela FCT/UNESP, professora adjunta da Universidade Federal do Tocantins (Unitins).

³ Ainda segundo Bourdieu, ao se concentrar no Estado (que aglomera todos os tipos de capitais) passa da subjetividade (reconhecimento) à objetividade, por se materializar neste.

⁴ O CD-Rom Novo Atlas Eleitoral do Brasil é de 1997 (Revista Comunicação e Política, Rio de Janeiro: CEBELA, 1997) e foi relançado em outubro de 2000, contendo mais de 900 mapas resultantes dos

um grande eixo territorial do Brasil em que eleitores sempre votam em candidatos ditos conservadores. O eixo tem início no Pará, inclui o litoral nordestino, passa pelo Maranhão, Tocantins, Goiás, Triângulo Mineiro, oeste do Estado de São Paulo e tem fim no norte do Paraná.

O fato de serem eleitos candidatos conservadores é um indicador da existência de grupos políticos, notadamente segmentos urbanos surgidos a partir dos anos 30, como a burguesia comercial e industrial, que permaneceram/permanecem no poder como transfiguração da base econômico-política vinculada a oligarquia rural. A insatisfação pela incapacidade do sistema democrático em solucionar os problemas sociais e econômicos do país, é apontada, pela pesquisa, como a responsável pelo voto de características conservadoras. Na produção do Atlas Eleitoral ficou constatada a existência de um padrão eleitoral que segue uma linha ideológica bem determinada. Observa-se que *“há um eleitorado que vota sistematicamente na esquerda e outro, articulado às elites, seguindo tendência conservadora”*. (O Estado de São Paulo, 03/09/2000)

Outra análise que justifica a presença e a reprodução de grupos tradicionais de poder no eixo citado é a apresentada por Gimenez (2000), que considera o “Brasil Central Pecuário” como a região agropastoril de maior importância no país, especialmente pela presença dos dois maiores centros consumidores, São Paulo e Rio de Janeiro. Nessa região há uma forte presença de forças entre grupos de interesses com formas diferentes de poder. Os segmentos hegemônicos, formados pelos criadores de gado, latifundiários e burgueses rurais, grupo social *“de prestígio, poder econômico e político”*, segundo o mesmo autor.

Algumas “cidades médias”, localizadas nesse eixo conservador, são de maior interesse da pesquisa, pois reveladoras de uma burguesia urbana ainda mais atrelada a grupos tradicionais, como o caso de Uberlândia, considerado o maior centro urbano da região oeste do Estado de Minas Gerais e importante centro de comércio atacadista. A ascensão do capital comercial tem por fundamento a base tradicional da economia agrário-exportadora que, após o processo de urbanização brasileira, por volta dos anos 70, vai se consolidar também nesta cidade.

Outras duas cidades, além de Uberlândia, fazem parte do recorte territorial de análise por nós estabelecido no interior do eixo de poder eleitoral tradicional: Dourados (MS) e Presidente Prudente (SP). Dourados (MS) apresenta caráter agroindustrial sustentado na ascensão do capital de base tradicional/oligárquico.

É o que também ocorre em Presidente Prudente (SP). Com sustentáculo econômico oferecido pelo comércio e pelos serviços, é produto do latifúndio cafeeiro e do coronelismo, prática política predominante até a década de 1930, que deu origem a muitos partícipes das chamadas novas lideranças, que se destacaram a partir de então. A possível formação de um espaço de poder simbólico é um indicador do fortalecimento e da atuação de determinados grupos políticos, que tem maior possibilidade de reproduzir seus interesses.

O tema busca compreender, assim, até que ponto as relações de poder tradicionais permaneceram em evidência e como se sustentaram na realidade de cidades médias brasileiras pertencentes ao eixo político-econômico acima apontado, notadamente as cidades de Presidente Prudente, Uberlândia e Dourados. Procura também compreender até que ponto essas cidades, em suas relações de poder, foram capazes de criar um espaço simbólico que sustenta os grupos hegemônicos tradicionais até a atualidade.

II

No início do século XX as oligarquias exerciam o monopólio político sobre o Brasil. Isso significa que, de acordo com o que autorizava a Constituição Federal de 1891, desempenharam o poder em todos os níveis: federal e estadual, controlados pelo Presidente da República através da Política dos Governadores, e municipal, dominado pelos coronéis. Estes últimos eram grandes latifundiários, espalhados por quase todo o país, detentores de poder econômico, uma vez que controlavam a lavoura para exportação (basicamente o café). Além desses elementos, tinham também prestígio social, decorrente do poder político e reforçado pelo poder simbólico. Exerciam uma forma de clientelismo, estabelecendo o controle da população mais pobre, que vivia sobre sua influência. A inexistência de qualquer serviço público à disposição dessa população e a própria impossibilidade (ou desinteresse) do Estado em assisti-la abriram caminho para o exercício do poder dos coronéis.

As eleições eram o maior exemplo da sujeição social (mais densamente até os anos 30), com os coronéis controlando um verdadeiro “curral” eleitoral, utilizado de acordo com os seus interesses. De posse de um número elevado de votos, o coronel negociava com o governador do seu estado, oferecendo os votos em troca de benefícios. Dessa forma, o voto fraudado pelos coronéis (roubavam urnas, falsificavam títulos e

outros artifícios) saía dos municípios, elegia governadores de um grupo oligárquico estadual e chegava até a Presidência da República que se sustentava a partir do interesse destes. O coronel, então, necessitava de outras instâncias para manter seu poder, especialmente do governo estadual, como nos mostra Fausto (1994).

De acordo com este autor, o coronelismo se apresentou de forma diferenciada nas regiões brasileiras, a partir das condições sociopolíticas por elas apresentadas. No nordeste, por exemplo, formou, na área do rio São Francisco, verdadeiras “nações de coronéis”, com grupos de coibição próprios. Na região sudeste, com os estados de São Paulo e Minas Gerais, participando ativamente da Política dos Governadores, imprimiu um outro caráter, o de dependência de estruturas mais amplas, ou seja, subsidiado pela máquina do Estado e pelos Partidos Republicanos locais.

Segundo Janotti (1981), as origens e a evolução do coronelismo deram-se no processo de formação da riqueza dos segmentos rurais e comerciantes e de seus papéis na política de dominação, juridicamente estruturada pelo Estado brasileiro. É neste sentido que sua função só se torna compreensível a partir do momento em que se distinguem as bases sócio-econômicas que lhe conferiam autoridade.

Ainda de acordo com a autora (1981), o título de coronel tem sua gênese na Guarda Nacional, criada para inibir movimentos revolucionários, juntamente com o Exército, ambas expressões de poder de coibição, e submeter tanto os escravos, quanto outros segmentos sociais, a interesses de grupos dominantes determinados. O território de atuação da Guarda Nacional era o município. A partir de então as funções militares e policiais, como as de majores, tenentes e coronéis, passaram a distinguir, também, os chefes políticos, numa forma de dar oficialidade ao poder simbólico.

Com isso, sujeitos que se denominavam barões do café, senhores de engenho, grandes comerciantes e articuladores políticos tinham, como subordinada, a população rural, privada de muitos dos seus direitos enquanto cidadã.

O coronel intermediava as solicitações da população junto ao governador do estado através do prefeito, quase sempre um parente ou alguém indicado por ele, mas oficialmente escolhido pela Câmara Municipal. Mesmo os insubordinados corriam na raia delimitada pelo discurso legitimador do coronelismo. Melo (1995, p. 49).

Os coronéis restringiam o seu raio de ação, quase sempre, à política local, voltados para o situacionismo, sem expectativas de acesso às esferas decisórias no âmbito nacional. Por isso “a *dominação (era) exercida através de um encadeamento hierárquico, imediatamente superior ao do pai de família*”. (Janotti, 1981, p. 11).

O poder, expressado pelo discurso, imposto, muitas vezes, pela violência, reforçado pela consonância de poderes individuais, caracterizado pela cadeia de relações estabelecidas entre o local, o poder micro e o nacional, o poder macro, foi reforçado, a partir dos anos 30, no Brasil. Enquanto na oligarquia rural a união é colocada em litígio, representantes de outras categorias sociais, com interesses diferentes, entram em cena, como a burguesia industrial e comercial e o proletariado, tornando-se importantes na capacidade de derrubar, impor e assegurar poder. Em ambos os casos o assegurar poder passou pela mediação do Estado.

Faz-se importante pensar, então, como as estruturas de poder coronelistas foram se reproduzindo mesmo com essas transformações (que deram origem a migração campo-cidade, a industrialização e a urbanização) nas cidades brasileiras, dando origem a novas funções urbanas. Com isso, o médico, o comerciante, o jornalista, também pela função social já exercida, passaram a fazer parte desta composição de forças em oposição ao coronel, ganhando a confiança da população através da conversa envolvente, das palavras fáceis, do convencimento. É o poder do discurso associado ao poder econômico-simbólico. Com isso as novas lideranças compunham o que Janotti (1981) denomina de neocoronelismo.

III

Até que ponto o poder local analisado pode ser considerado a capacidade simbólica do domínio? O que se denomina de local, remete-se, no Brasil, à esfera municipal, o lugar de exercício do poder, prefeitura e Câmara Municipal e as múltiplas instituições sociais a esta esfera vinculadas. Neste sentido, não é suficiente identificar poder local apenas no âmbito das relações políticas, é preciso conceituá-lo como o poder exercido (econômico, social, cultural e simbólico), por exemplo, ao manipular-se o controle de postos públicos e privados.

Procurou-se buscar nas elites locais aquelas que influenciaram “*em decisões municipais, tendo como base material um conjunto de instituições*” (Daniel, 1988, p. 30). Elas se incumbiram de disseminar idéias que sustentaram e que serviram para identificar aquela realidade, fortalecendo-se pela utilização de

ideologias e do imaginário social como meio de ancoragem de interesses, mascarando conflitos políticos e desigualdades sociais.

A abordagem do tema proposto requer, portanto, a detecção dos líderes locais através de suas atividades, de seus discursos e de sua participação política. A localização do papel das lideranças em Presidente Prudente, ora sustentada pelo poder oligárquico, ora por grupos urbanos recém organizados, dependentes ou não do primeiro grupo, permitiu-nos assim fazê-lo. Na década de 1920, tais lideranças eram representadas pelos coronéis Goulart⁵ e Marcondes⁶.

É importante reforçar o fato de que, na chamada República Velha, os governos sucessivos representavam interesses de uma única categoria social, resquícios da aristocracia rural escravocrata do Império. Era nesse quadro que o coronel controlava a vida local. Bello (1972). Estava sempre respaldado pelos governos do Estado e da União, assim como os sustentava.

No mandato de Washington Luís (1926-1930), primeiro governo do recorte temporal estabelecido para o desenvolvimento da pesquisa, essa realidade não se fez diferente. O que houve de notório nesse governo foi a instauração de diálogos com pessoas de variados segmentos sociais, aproximando-se mais das camadas populares. Essa aproximação, apesar de fundamentar-se apenas na retórica, possibilitou o contato e a oportunidade de se desfazerem bases até então muito bem estruturadas. Na verdade, esta era uma estratégia de conquista populista que já se apregoava e que acelerou a derrocada daquele sistema de controle político do Estado.

O sistema político vigente sustentava-se na inter-relação de compromisso dos Partidos Republicanos (PRs), em todo o país, através de diretórios municipais, de representantes no parlamento estadual e federal, de governadores e do Presidente da República. Nas instâncias local e estadual, o papel dos coronéis se fazia presente balizado na certeza da existência do voto de cabresto, da fidelidade ao chefe local e dos currais eleitorais. O coronel se constituía em um dos extremos de um bem montado sistema; era aquele que oferecia subsídio direto para que o ciclo político se completasse e garantisse a permanência das bases partidárias desde há muito no poder.

Na base do sistema, os eleitores⁷ acostumaram-se à rotina de apoio do governo, apesar de muitas vezes opressor àqueles que lhe faziam oposição. E fazer oposição ao governo significava estar descontente com a facção partidária dominante e estar sujeito ao descaso por parte dela. *“O medo de afastar-se desse centro e cair no vácuo é que faz que todos prefiram a mesma órbita acompanhando esse astro errante e fatídico que é o PRP”*. (A Voz do Povo, 03/03/1927, nº 62)

Nem mesmo a “liberdade eleitoral” conquistada foi suficiente para desmoronar os pilares que amparavam esse sistema, esculpido numa estrutura de poder coesa, que tornou a “liberdade eleitoral” uma farsa não apenas pelas fraudes mas também pelas restrições impostas pela Constituição da República de 1891. Nela, o presidente, os deputados e os senadores eram eleitos pelo voto direto. No entanto, votavam apenas os homens alfabetizados (sem restrição de renda) e maiores de 21 anos. As pessoas não acreditavam mais na regeneração dos costumes políticos pelo voto direto, tantos eram os abusos praticados nas eleições. A violência ficava por conta dos desmandos que infringiam os direitos dos cidadãos, num modelo que se impunha pela dominação.

Apesar dos avanços em relação ao voto e outras conquistas, a Constituição de 1891 demonstrou que,

⁵ O coronel Francisco de Paula Goulart nasceu em Minas Gerais e veio para o município de Campos Novos em 1880, juntamente com os pais. Herdou a fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Parte das terras foi destinada à plantações de café do próprio coronel e o restante foi vendido para a colonização da região. Além dos lotes rurais, o coronel, com o intuito de incentivar o surgimento de um núcleo, delimitou uma área para a venda de lotes urbanos, surgindo o primeiro núcleo urbano de Presidente Prudente (a Vila Goulart), a partir da construção da estação da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1917 (Abreu, 1996).

⁶ O coronel José Soares Marcondes era de Barra Mansa, no Rio de Janeiro, mas viveu a maior parte da vida em Santos, onde teve casas comissárias de café. Em 1919 iniciou a colonização das terras as quais se encontra Presidente Prudente e em 1920 montou a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. Comprou e passou a revender terras da fazenda Montalvão, vizinha da fazenda do coronel Goulart, separadas apenas pela linha férrea. As vendas foram organizadas e com propagandas feitas até no exterior. Em 1919 surgia a Vila Marcondes como centro de abastecimento de gêneros e novas possibilidades de trabalho. (A Voz do Povo, 1927, Suplemento Especial de Aniversário).

⁷ O eleitorado rural, por exemplo, estava alheio aos acontecimentos além seu círculo de amizades. De acordo com Leal (1975, p. 25), *“sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos (tinha) consciência do seu direito a uma vida melhor”*.

na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho. (Martins, 1994, p. 30)

Em Presidente Prudente, as disputas políticas para a chefia do PRP local pelos coronéis Goulart e Marcondes confirmaram esta idéia.⁸

IV

Os coronéis Goulart e Marcondes possuíam, além de poder político (considerado aqui como “*uma esfera do Estado capitalista, com autonomia relativa*” (Daniel, 1988, p. 26) e papéis de acumulação e dominação delimitados) e poder econômico (conquistado pela apropriação dos meios de produção), poder simbólico (sustentado no imaginário social), que os transformava em verdadeiros “mandarins” locais, capazes de oferecer e retirar qualquer bem que considerassem não favorável, acima de tudo, a seus próprios interesses.

Os coronéis restringiam o seu raio de ação, quase sempre, à política local, voltados para o situacionismo, sem expectativas de acesso às esferas decisórias no âmbito nacional. Por isso “*a dominação (era) exercida através de um encadeamento hierárquico, imediatamente superior ao do pai de família*” (Janotti, 1981, p. 11).

O coronel Marcondes, no entanto, constituía-se uma exceção. O fato de fixar residência na capital do Estado permitia que ele se aproximasse com maior facilidade das instâncias superiores do PRP. Na verdade, essa era uma característica que o tornava homem de confiança e, ao mesmo tempo, de desconfiança de prudentinos, que acreditavam no seu poder de influência mas também se viam preocupados com sua ausência quase que constante da cidade. Curioso é que a ausência apareceu, para parte da população, como justificativa da força política do coronel (A Voz do Povo, 09/12/1926, n° 51). Para os que assim pensavam, o que mais arraigava dinheiro, prestígio e permanência no poder, era a política do compromisso, não importando a estada da personalidade influente na cidade. Assim, concorda-se com Martins (1994, p. 29), quando afirma que

as indicações sugerem que o clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres. Muito antes que os pobres pudessem votar e, portanto, negociar o preço do voto, já o Estado tinha com os ricos, isto é, os senhores de terra e escravos, uma relação de troca de favores.

Mesmo com todo o respaldo político e econômico que recebiam, os coronéis e o situacionismo imperante foram várias vezes contestados, inclusive por facções dissidentes do PRP. Também, externamente a este partido, havia grupos que lutavam por mudanças na ordem política de Presidente Prudente.

A maior oposição aos coronéis, especialmente ao coronel Marcondes, o grande chefe político do final dos anos 20, surgiu do PD. Abreu (1996, p. 39) aponta que o partido “*nascera de uma cisão no seio da oligarquia paulista. Elementos da média e alta burguesia e setores dissidentes da oligarquia agrária, políticos e intelectuais*”, e que reclamavam por novas lideranças políticas, que viessem a atender reivindicações não realizadas pelos coronéis.

Esta tentativa de aglutinação de esforços para combater o situacionismo passou a caracterizar o final da década de 1920. Na verdade, com a existência dos Partidos Republicanos (PRs), únicos dentro do sistema político nos estados, era de se esperar que internamente a eles surgissem divergências. Com tantos anos no poder, sem renovação de projetos, tornava-se cada vez mais difícil à homogeneidade partidária, especialmente a partir das insatisfações que ocorriam em vários setores no país. Os novos partidos do Estado de São Paulo, por exemplo, eram compostos por antigos membros do PRP ou por pessoas não envolvidas anteriormente na vida pública. O PD, em Presidente Prudente, fortaleceu-se ao

⁸ Em 1925, o coronel Marcondes, ao vencer as eleições, após a intervenção do PRP central e do governo estadual, em virtude das disputas locais internas ao partido, obtém o cargo de chefe local e controlador da Câmara Municipal, fato que perdurou até 1930 e que lhe garantiu a superioridade política em relação ao seu adversário, o coronel Goulart. O coronel Goulart teve seu período áureo como chefe político do PRP local e da política local entre os anos de 1923 e 1925.

ganhar o apoio dos dissidentes do perrepsismo, aproveitando-se das disputas internas deste partido. As divergências decorreram, principalmente, pelo longo tempo de permanência do coronel Marcondes no poder, já que não admitia a divisão do cargo de chefe.

O que se percebe é que, com o intuito de romper essa barreira, a ação do PD desenvolveu-se para apresentar propostas que despertassem a confiança da população, mediante formas concretas que destruíssem o situacionismo em que o favor e a proteção aos amigos determinavam a prática política. O eleitorado local acompanhava com certo entusiasmo a organização do novo partido, que também era apoiado pelo Partido Progressista (PP), outra dissidência do PRP, e por pessoas consideradas importantes, tanto pela sua função social como pela sua presença no cenário político, como é o caso de Jacob Blumer, fundador do jornal *A Voz do Povo*, onde trabalhou até falecer em 1941. A incorporação do PP pelo PD trouxe para este último um contingente de eleitores e de nomes de expressão do comércio e da agricultura locais.

A insegurança provocada pela ascensão política do PD fez com que se elaborasse um acordo político entre os coronéis Goulart e Marcondes, em meados de 1927, tornando o PRP uma frente representável diante daquele partido. O encontro para a formalização do acordo foi realizado na casa do Dr. João Elias C. Martins, Juiz de Direito, um dos personagens pretensamente neutros na política local, para que ambos “não sofressem influências”.

Cada um dos líderes locais foi acompanhado de um amigo, sendo estes João Franco de Godoy (goulartista) e Alexandre Fernandes (marcondista). Foi lavrada uma ata como comprovação do acordo. (*A Voz do Povo*, 18/09/1927, n° 92) O Diretório do PRP ficou composto pelos dois chefes, até 1930,⁹ e estes não mais disputaram correntes antagônicas, pois se viram obrigados à junção política como um meio de barrar a crescente oposição democrática. O acordo teve como mediador Júlio Prestes, governador do Estado, líder do diretório do PRP central, disposto a coibir a disputa interna. A união dos dois coronéis não foi suficientemente forte para oferecer benefícios à população e foi anulada em 1930. As disputas entre ambos perpassava a questão política, pois eram concorrentes também na venda de terras rurais e urbanas, no período de colonização, e não conseguiram dividir formalmente este setor.

Outra manifestação das novas lideranças prudentinas na disputa do poder político no município foi a “Concentração Eleitoral”. Esse grupo de oposição política local era formado de pessoas “*sem cor partidária, com elementos da lavoura, comércio e indústria*” (Abreu, 1996, p. 36). Nas eleições de 1928, a Concentração elegeu como vereador Luiz Ferraz de Mesquita¹⁰, único eleito não pertencente ao PRP. Os seus candidatos faziam parte da Associação Comercial e não aceitavam o fato de pagarem impostos, investirem na construção de prédios na cidade e não terem retorno em nenhum tipo de promoção de sua atividade. A demonstração de ousadia estava pautada em incertezas com relação ao próprio governo do Estado, mas também não concordavam com decisões tomadas pelos coronéis e até mesmo com inexistência delas, sendo os coronéis designados de inoperantes.

Verifica-se aí a conjunção do público com o privado. A Associação Comercial quis apropriar-se do público, em virtude do pagamento de impostos, como se esta atitude fosse cumprida apenas por seus associados. Faz-se claro que os tributos pagos devem ser revertidos em serviços e bens públicos. O poder público tem o dever de utilizar o dinheiro do contribuinte em investimentos locais, fato que raramente acontecia. O diretório municipal do PD teve Tito Lívio Brasil, alternando-se nos postos de presidente e vice-presidente por algum tempo. Advogado, Tito Lívio fazia campanha oposicionista através do jornal “*A Voz do Povo*”, denunciava os desmandos cometidos pelo PRP e fazia campanha a favor do PD. Um dos temas para o qual ele chamava a atenção do leitor era o da necessidade de concursos públicos para o funcionalismo público. Sob o controle do PRP, os funcionários (*A Voz do Povo*, 06/02/1927, n° 59)¹¹ podiam ser tanto destituídos quanto agraciados com novos cargos, a livre arbítrio de quem controlava o poder público local. Neste sentido, as críticas ao coronelismo, em Presidente Prudente, eram as mesmas realizadas na esfera nacional.

Em alguns casos, as novas lideranças vão conquistando a confiança do coronel tradicional, que as reconhece, mas não as admite, a princípio, como lideranças no município. Muitos tornaram pública a cooptação de idéias com o coronel, já que também tinham origem coronelista, apesar de novas funções sociais. A ajuda do coronel era muito mais simbólica que revertida em conquistas e, neste sentido,

⁹ Pelo Decreto Federal n° 19.398 de novembro de 1930 foram extintas as câmaras municipais, sendo o comando municipal exercido por nomeação estadual.

¹⁰ Luiz Ferraz de Mesquita era engenheiro, fazendeiro e comerciante (proprietário da agência Chevrolet) e teve participação política como vereador, em 1928, pela Concentração Eleitoral, formada por membros da Associação Comercial e Industrial da cidade.

¹¹ Os funcionários eram considerados empregados particulares dos chefes, posto a inexistência de leis e regras que garantissem o emprego, como os concursos públicos. Este era mais um elemento que fazia com que os líderes locais tivessem poder ilimitado.

concorda-se que “às relações de força e de poder que toda dominação comporta, acrescentam-se assim as relações de sentido” (Baczko, 1985, p. 310). Em outros casos, ainda, a disputa ocorria como rivalidade, em situações como a configurada nas eleições de 1929.

Como chefe do PRP local, o coronel Marcondes havia indicado Paulo Marcondes, seu filho, para prefeito, e José Dias Cintra para presidente da Câmara, num acordo com o coronel Goulart e vereadores. Goulart, no entanto, não cumpriu¹² o acordo. Antônio Uchoa Filho¹³ ficou com o cargo de prefeito, e José Dias Cintra com o de presidente da Câmara Municipal, através da qual foram eleitos. Em apoio ao coronel Marcondes, que se sentiu lesado com a atitude de seu correligionário, Paulo Marcondes, Sandoval Filho e Leonardo Cerávolo renunciaram aos cargos de vereadores. (A Voz do Povo, 27/01/1929, n°. 157)

O coronel Marcondes deu início à perseguição ao novo prefeito, ao declarar que a sua administração era ruim. O prefeito, ironicamente, em declaração ao jornal A Voz do Povo de 04/09/1929, n°184, afirmou que “sua administração era ruim porque ele não admitia que nenhum parente estivesse na Câmara, o que não era o caso de Marcondes (com Paulo Marcondes Filho), porque não perseguia os adversários, porque deixava de lado as intrigas políticas e porque fazia uma administração neutra ao colocar em ordem as contas da prefeitura”.

Em decorrência do rompimento, o coronel Marcondes e Domingos Leonardo Cerávolo denunciaram, ao Delegado de Polícia, uma lista com nomes de algumas pessoas (o nome de Tito Lívio Brasil comparecia na lista) que estariam praticando atos anti-marcondistas¹⁴. O coronel exigiu que os culpados fossem punidos e pagassem pelas atitudes apolíticas, mas não se têm registrados atos de violência física explícita.

O caso Uchoa/Marcondes provocou uma crise na situação política dominante em Presidente Prudente. A liderança do coronel Marcondes foi abalada e teve início a sua decadência política. O coronel passou a perder força política, fato que não se admitia, na época, a um líder local. O então prefeito Uchoa declarou que só a saída dos coronéis Goulart e Marcondes poderia ocasionar uma transformação nas entranhas políticas da cidade (A Voz do Povo, 27/11/1929, n° 194). Uchoa sempre foi correligionário do coronel Goulart, mas em função de sua declaração contundente, as relações com o antigo líder ficaram estremecidas.

Ao se analisar a declaração do prefeito Uchoa, observa-se à tentativa de destruição de um discurso do poder para a instauração de outro. É assim que as consequências da disputa entre Uchoa e Marcondes não podem ser consideradas isoladamente, pois o papel desempenhado e as atitudes tomadas pelo coronel Marcondes eram comuns aos demais chefes políticos locais da época.

De acordo com Abreu (1972), a “Revolução de 30” foi um marco e criou outros elementos, novas identidades coletivas, que provocaram rupturas nas lideranças políticas em Presidente Prudente, exatamente pela mudança, mesmo que apenas aparente, dos donos do poder, até então representados pelos coronéis, especialmente pelo coronel Marcondes.¹⁵

Tanto em Presidente Prudente como no restante do país, o crescimento das atividades urbanas fez surgir novos grupos sociais, notadamente a burguesia comercial e industrial e o proletariado, além do fortalecimento de grupos já existentes, como a classe média. É possível entender estes aspectos, num primeiro momento, pela análise econômica, da concentração de capital, proveniente, em maior parte, da cafeicultura, pela existência de infra-estrutura, como a ferrovia e, num segundo momento, pela análise social do mercado consumidor e de mão-de-obra especializada. Estes dois últimos elementos foram reforçados pela chegada de imigrantes europeus, especialmente espanhóis e italianos, de acordo com Leite (1972).

¹² Não há registro dos motivos que levaram o coronel Goulart a não cumprir este acordo.

¹³ Antônio Uchoa Filho, que era engenheiro agrônomo, veio de Pernambuco trabalhar em Presidente Prudente e foi ajudado pelo coronel Goulart ao fixar residência na cidade, emprestando-lhe uma casa para morar.

¹⁴ Os três jornais analisados não esclareceram quais seriam estes atos anti-marcondistas.

¹⁵ Um fato que propiciou novo descontentamento foi o afastamento, por faltas consecutivas, do vereador Luiz Ferraz de Mesquita e o rompimento dos coronéis Marcondes e Goulart com quatro vereadores: Domingos Leonardo Cerávolo, Jacinto Ferreira da Silva, Antonio Barbosa Sandoval e Francisco dos Santos. Nas rodas do situacionismo afirmou-se que o acontecimento facilitaria o caminho da prefeitura para o coronel Marcondes. Em 1930, com a sucessão para o cargo de prefeito, elegeu-se Pio Benguella (01/01/1930 a 20/08/1930), deixando descontentes os marcondistas, que lhe fizeram oposição. Com a pressão exercida, o prefeito renunciou. Após o mandato de Benguella foi eleito, por um pequeno tempo José Francisco dos Santos, do PRP (21/08/1930 a 03/10/1930). Em substituição a Benguella foi eleito Tito Lívio Brasil, do PD (04/10/1930 a 27/04/1931) mas seu mandato foi interrompido pelos conflitos decorrentes da “Revolução de 30”. A Voz do Povo, 30/05/1930, n° 212.

Os grupos urbanos, representados, como citado, pela burguesia comercial e industrial e pelo proletariado, não tinham participação política significativa e por isso era comum a oposição ao governo de base tradicional. Delegados e juizes, por exemplo, passaram a contrapor-se aos coronéis, pois já não necessitavam de acordos e de trocas de favores para permanecerem em seus cargos. Aos poucos, os cargos deixaram de ser ocupados por pessoas que eram indicadas, passando a ser ocupados mediante concursos públicos.

O declínio das oligarquias se deu, então, em virtude das transformações nas bases social e econômica, mais precisamente pela “*decadência dos grupos oligárquicos como fator de poder (...) tendência à ampliação institucional das bases sociais do Estado (...) e a capacidade manifestada pelas classes médias e pelos setores industriais em substituir a oligarquia nas funções do Estado*” (Weffort, 1978, p. 63), apesar da quase permanência da estrutura política, reflexo destas. Com as transformações ocorridas no país, novas alianças surgiram e velhas se desfizeram.

Os coronéis mantiveram disputas internas pelo poder, delimitadas num território, num espaço demarcado por um “*campo de batalhas*” (...) “*espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*”: “*quem domina ou influencia e como domina ou influencia quem nesse espaço e como?*” (Souza, 1995, p. 78-9). Este “*campo de batalhas*” configurou-se, também, na produção do espaço urbano pelos coronéis, no sentido de que os dois lotearam de forma diferenciada áreas também diferenciadas da cidade e produziram espaços com características distintas. Apesar de, territorialmente, influenciarem de formas divergentes o espaço, ideologicamente, a busca pela dominação fazia-se como um todo, numa disputa “móvel” do poder.

Os coronéis eram respaldados pelo governo do Estado de São Paulo, que lhes valorizava o poder enquanto fonte que imprimia a capacidade de acumulação de votos. A junção desses dois elementos (local e estadual) garantia a centralização do poder.

O declínio da posição de chefes locais dos coronéis Marcondes e Goulart ocorreu principalmente pelo apoio que os chefes estaduais deixaram de dispensar aos mesmos. No caso do primeiro coronel, as dificuldades econômicas, a decadência do PRP e as suspeitas de fraudes levantadas quando da sua administração municipal (Câmara Municipal), nos anos 20, foram cruciais. O segundo coronel abandonou a política em meados dos anos 30, mas garantiu a sua sucessão através de um representante das novas lideranças, o médico político Leonardo Cerávolo.

Os aspectos do coronelismo, como o compromisso político, característico dos anos 20. Pode-se afirmar, então, que o que se transformou nas relações da política local, nos anos citados, aparentemente, foram às lideranças mas não as formas de liderar. Na verdade, como em sua maioria eram remanescentes do PRP, os novos atores eram afilhados políticos dos coronéis. As manobras para ganhar o eleitorado, por exemplo, permaneceram as mesmas, salvo raras exceções.

Com a constatação apontada é possível dizer que estas lideranças no final da década de 1940 e início dos anos 50, constituíram-se em força política que se confrontavam com os interesses da oligarquia rural. Ao se transformar o cenário político da época, os ideais também se transformaram, sendo o oposto também verdadeiro. O discurso era o de mudar, democratizar, modernizar o Brasil.

Com a crise econômica de 1929 e com a “Revolução de 30”, elementos que sustentavam a consonância de poderes local e estadual demonstraram não ser tão eficazes como no início daquela década.

A chegada de Vargas ao comando do poder federal fizeram com que, em Presidente Prudente, as lideranças políticas se modificassem, a princípio como forma de combate à postura coronelista dos chefes políticos. A partir da segunda metade dos anos 30, contudo, os novos líderes locais buscaram legitimidade, mas ainda associados às entranhas da oligarquia. A partir dos anos 40 o poder das novas lideranças se consolidou, apoiado pelo poder estadual. Os conflitos, agora, ficaram no interior de segmentos. O favorecimento político, a partir das bases tradicionais, no entanto, continuou presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FFCL, 1972.
- ABREU, Dióres Santos. *Poder político local no populismo: Presidente Prudente (SP) - 1928-1959*. Presidente Prudente: Impress, 1996.
- BACZKO, B. Imaginação social. In: *Enciclopédia Enaudi: imaginação social*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Cia das Letras, 1972.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papius, 1996.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRASIL. LEIS, DECRETOS, ETC. CONSTITUIÇÃO Federativa do Brasil, 1891. s.n.t.
- CARONE, Edgard. *A terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n° 20, p. 153-93, jan. 1966.
- DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. *Espaços & Debates*, São Paulo, n 24, 1988.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1975. 2 v.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1972.
- GIMENEZ, Miguel. *O Brasil Central Pecuário*. Presidente Prudente: USP, 2000.
- GUIMARÃES, Raul Borges. *Saúde pública e política urbana: memória e imaginário social*. São Paulo: USP, 2000.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LEITE, José Ferrari. *A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FCLPP, 1972.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MELO, Jayro Gonçalves. *Imprensa e coronelismo*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1995. (Série Ideologia e Poder, n 01).
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: *O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1975 (História Geral da Civilização Brasileira).
- SOUZA, Marcelo José L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo C. C., CORRÊA, Roberto L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

JORNAIS

A VOZ DO POVO
FOLHA DE SÃO PAULO
O ESTADO DE SÃO PAULO